

O TEXTO FILOSÓFICO-LITERÁRIO E O TEXTO LITERÁRIO-FILOSÓFICO

Jayme Paviani*

SÍNTESE – O presente trabalho apresenta indicações de traços literários nos textos filosóficos e de conteúdos filosóficos nos textos literários e faz aproximações e distinções entre os textos filosóficos e literários. Aborda também questões referentes a estilo e argumentação, autoria e linguagem filosófica.

PALAVRAS-CHAVE – Texto literário. Texto filosófico. Gênero. Estilo.

ABSTRACT – The paper identifies traces of both literary features in philosophical texts and philosophical content in literary texts. It also identifies affinities and makes distinctions between philosophical and literary texts and discusses issues concerning style and argumentation, authorship and philosophical discourse.

KEY WORDS – Literary text. Philosophical text. Genre. Style.

Nada existe isoladamente. Tudo são partes de um todo. Cabe ao investigador elaborar as distinções para poder perceber melhor o processo de auto-organização das manifestações culturais. Entretanto, as distinções feitas sob a influência do pensamento dualista metafísico assumem, com o tempo, o caráter de separações. Deste modo, a filosofia e a literatura, à semelhança de outros produtos culturais, são vistas como produções autônomas e distintas. Sua presença na história é marcada pela especificidade de cada uma e, em conseqüência, permanece no esquecimento o que há de comum ou próximo entre o filosófico e o literário.

De um lado, ninguém confunde hoje as características dos textos de Platão e de Aristóteles com as dos textos de Sófocles e de Eurípidés, de outro lado, apesar de a poesia e a filosofia não serem coisas iguais, há aproximações entre a literatura e a filosofia. Para M. Heidegger, “no poetar do poeta, como no pensar do filósofo instaura-se um mundo”, qualquer ente perde toda monotonia e vulgaridade (Introdução à Metafísica, 1966, p. 66). Ambos têm em comum o poder da palavra, o cuidado com a linguagem que interroga o ser e o nada, o pensamento das origens. Neste sentido, filosofia e literatura, além do conhecimento das coisas, têm em comum o desejo de alcançar a sabedoria.

* Professor de Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisador da Fondazione Cassamarca di Treviso, Itália.

Não é fácil traçar com nitidez as semelhanças, as diferenças e as conexões entre filosofia e literatura. A idéia da existência de gêneros fixos de obras dissolveu-se de tal maneira que, às vezes, textos filosóficos e literários parecem se confundir e outras vezes se opor. Neste terreno, as definições claras e distintas são sempre provisórias e circunstanciais. T. Adorno, diz que nenhuma obra de arte de importância correspondeu inteiramente ao seu gênero (*Teoria Estética*, s/d., p. 225). O mesmo pode ser dito dos gêneros de obras filosóficas. Apesar disso, talvez seja conveniente observar os textos em seus aspectos gerais. Daí, sem dúvida, podemos encontrar textos filosóficos com qualidades literárias e textos literários com características filosóficas. Para ilustrar o primeiro caso, os diálogos de Platão, às vezes mais, outras vezes menos, empregam recursos literários como personagens, linguagem narrativa e performativa, etc. No segundo caso, o exemplo primordial de Parmênides, com seu poema sobre a natureza, encaminha-nos, com suas imagens e metáforas, na direção das grandes questões da filosofia, como a do ser e do não-ser, do ser e do pensar, da verdade e da falsidade.

As relações entre filosofia e literatura podem ser examinadas na perspectiva dos autores em relação ao uso dos gêneros de obra para expressar determinadas idéias ou em relação às idéias presentes em suas obras literárias. Uma filosofia pode marcar presença na obra de um escritor. Assim, é possível encontrar o pensamento de Nietzsche em Thomas Mann ou de Bergson em Marcel Proust. Um filósofo pode empregar gêneros literários, como o romance, o conto, etc. para expressar idéias filosóficas. Neste sentido, Jean-Paul Sartre é exemplo por demais evidente.

A história da filosofia mostra que alguns filósofos se apropriaram dos gêneros literários (ligados a cada época) em muitos casos, como do poema (Parmênides), do aforismo (Heráclito e Nietzsche), dos diálogos (Platão), das cartas (Epicuro), das diversas formas de narrativas (Kierkegaard) e outras vezes os criaram como é o caso das confissões (Santo Agostinho, Rousseau). Os ensaios de Montaigne é um exemplo de gênero de obra filosófica com nítidas características literárias. Outros filósofos renovaram ou criaram gêneros como as sumas medievais (Tomás de Aquino), as meditações (Descartes), as críticas (Kant), as investigações (Husserl e Wittgenstein), etc. Percebe-se nessas breves observações um modo de filosofar que se aproxima dos textos literários e um outro modo que guarda uma maior distância. Também deve-se lembrar alguns grandes romances-ensaio como os de Thomas Mann e de Robert Musil. Não faltam poemas com dimensões filosóficas notáveis, como os Dante de Alighieri, Goethe, T. S. Eliot e autores como Shakespeare, Fernando Pessoa e Jorge Luiz Borges que podem ser lidos junto com os grandes filósofos. Também não se pode esquecer a qualidade literária e a força de pensamento das obras de Machado de Assis, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos e Clarice Lispector, entre outros autores brasileiros.

O filósofo, o escritor e o texto

O exame do movimento de aproximação e de distanciamento entre o filosófico e o literário depende das definições de filosofia e de literatura. Uma vez explícita esta questão, as qualidades literárias podem ser encontradas em diferentes tipos de textos. O mesmo ocorre com às idéias filosóficas. Além do mais, o que seja filosofia e o que seja literatura acabam sendo um problema filosófico, pois as teorias literárias constituem-se de elementos interdisciplinares. A filosofia define a literatura, mas a literatura não contribui na definição de filosofia. Em consequência, continua sendo problemático saber o que nos faz considerar algo como filosófico e como literário. Não é fácil distinguir as características externas ou acidentais dos textos de seus elementos essenciais. Um texto filosófico realiza um tipo de racionalidade (argumentativa), sem dúvida, distinto da racionalidade estética do texto literário. Assim, as propriedades (filosóficas e literárias) dos textos são determinadas por critérios mutáveis, conforme a tendência filosófica ou o paradigma teórico adotado.

Jonathan Culler toma a sentença da abertura de um livro do filósofo W. O. Quine e a dispõe em forma de poema, com três versos. O resultado é o seguinte: “Uma coisa curiosa / sobre o problema ontológico / é sua simplicidade” (*Teoria Literária*, 1999, p. 31). Esta sentença assim posta e disposta na página em branco chama atenção sobre si e evoca um caráter literário, pois, além da idéia, transparece o caráter audível e visual dos versos. Esse é um pequeno exemplo que serve para mostrar a complexidade da questão e a necessidade de relativizar os conceitos e as distinções.

O modo de tratar a linguagem e o “conteúdo” (idéias, conceitos, sentimentos) do texto, ou sua natureza predominantemente ficcional ou conceitual, abre e fecha os âmbitos de aproximação e de afastamento entre o filosófico e o literário. De modo geral, pode-se afirmar que a literatura põe a linguagem num primeiro plano, fornece-lhe uma função narrativa e expressiva, enquanto a filosofia emprega uma linguagem lógica, demonstrativa. No entanto, apesar dessas características gerais, muitos textos filosóficos usam uma linguagem esteticamente elaborada, fundamentada, e muitos textos literários apresentam uma sutil argumentação filosófica.

Além disso, a literatura tem o mérito de articular num só escrito todos os saberes. Um romance pode apresentar uma visão econômica, social, política, religiosa e moral de um povo, de uma cultura. De modo próximo, porém num outro nível refletivo, a filosofia questiona dialeticamente a realidade, sempre buscando as relações entre as partes e o todo, entre a unidade ou a totalidade e a multiplicidade. Nisso, ela realiza, num plano ontológico, o que a literatura faz no plano ôntico do vivido e da experiência.

Essas distinções gerais podem funcionar como avisos de leitura dos textos, todavia, não resolvem a questão das interações, da natureza do trabalho intelectual do escritor e do filósofo. Nenhuma teoria ou filosofia, podemos repetir, fornece conceitos categoriais definitivos capazes de apontar, de modo absoluto, quando um texto é exclusivamente filosófico ou exclusivamente literário. Tentativas, como a de J. Habermas de caracterizar os textos filosóficos e científicos em relação aos literários são

úteis, porém, parciais e insuficientes (*Pensamento Pós-Metafísico*, 1990, p. 235-255). Habermas, ao comentar o romance de Ítalo Calvino, *Se um viajante numa noite de inverno*, oferece algumas indicações relevantes sobre o nexo entre os conceitos de significado e validade presentes nos diferentes textos filosóficos e literários, especialmente em relação à prática do falante cotidiano. Para ele, as pretensões de validade que aparecem no interior do texto literário não valem para o autor e para o leitor, mas apenas se aplicam aos desempenhos dos personagens. Isso quer dizer, entre outras coisas, que as falas literárias são ilocucionariamente despotencializadas. Já os textos filosóficos desafiam o leitor ou exigem dele uma atitude crítica frente às pretensões de validade levantadas no interior do texto. No domínio literário, a crítica é feita ao texto, no domínio filosófico, a crítica dirige-se ao que é dito sobre algo no mundo.

Habermas ainda sublinha que o autor-filósofo abandona a posição autoral. enquanto o autor-escritor assume a conduta autoral. G. Deleuze e F. Guattari (*O que é a filosofia*, 1992, p. 27-47) mostram que em filosofia são os conceitos que aparecem assinados pelo filósofo. Quando se fala nas idéias pensa-se em Platão, na substância, em Aristóteles; no *cogito*, em Descartes e assim por diante. Ao contrário, nos escritos literários aparece com evidência a marca (estilo) do escritor no processo de produção da própria obra. O escritor apega-se à linguagem, o filósofo procura libertar-se dela, embora nunca o consiga totalmente. Habermas observa, igualmente, que os textos literários podem parodiar, modificar, repetir um ao outro, mas os textos filosóficos só podem criticar um ao outro, podem criticar idéias, argumentos sem mencionar o nome do autor.

Traços literários na obra filosófica

Há filosofias de tom pedagógico, voltadas ao ensino do filosofar. Outras filosofias assumem um estilo lógico-reflexivo. Ainda outras possuem um jeito meditativo. Algumas se contentam em descrever, outras querem analisar e, ainda outras dedicam-se ao interpretar. Há filosofias que derivam de modelos como o analítico, o dialético, o hermenêutico, o fenomenológico, o culturalista. As diferentes maneiras de exercer a filosofia, desde os gregos, refletem-se na diversidade de usos de gêneros literários adotados, adaptados e renovados nos textos filosóficos. Um texto ou obra filosófica elabora suas condições de validade, de justificação, de coerência de seus enunciados. Em outras palavras, a possibilidade de o texto mesmo fornecer suas próprias regras de leitura, apesar de essas condições nem sempre se realizarem de modo objetivo e da mesma maneira. Em síntese, cada obra filosófica constrói sua teoria do conhecimento e sua teoria da linguagem. Isso quer dizer que cada texto filosófico, por mais que vise à universalidade, sempre é limitado pela singularidade de sua forma escrita. A filosofia argumenta, mas, como diz F. Cossuta (*Elementos para a leitura dos textos filosóficos*, 1994, p. 5), pode envolver seu argumento na ironia em Platão, no sarcasmo em Nietzsche, na exortação em Epicteto. Também é necessário lembrar que o argumento filosófico tende a tornar-se mais invisível, quando o filósofo escolhe gêneros como o poema, o diálogo, etc., ou emprega recursos de estilo literários.

Como na literatura, no diálogo filosófico os personagens ou os interlocutores possuem um desempenho vivo, às vezes dramático, e interpretam diferentes pontos de vista misturando seus argumentos com recursos literários. Platão, por exemplo, quase sempre estabelece um cenário, um contexto para situar seus personagens que oscilam entre personagens históricos e personagens inventados. Em todo caso, em Kierkegaard mais do que em Cícero e Agostinho, os personagens servem para ligar o pensamento à existência.

Não há dúvidas de que encontramos em muitos textos filosóficos uma elaboração que se aproxima do estilo persuasivo do escritor. Nessa perspectiva, podemos encontrar escritos tanto de Wittgenstein quanto de Heidegger, sem esquecer Kant, Hegel, Locke, Rousseau e outros que os leitores atentos já identificaram em determinados momentos da obra filosófica. O modo de escrever não é indiferente ao pensamento e ao conhecimento. A filosofia pode ser sistemática, mas ela também vive de maneira fragmentária. Ou ela pode se apresentar de forma narrativa, como em Descartes. Não poucas vezes o filósofo busca o recurso da autobiografia intelectual. Nem sempre os conceitos são apresentados de modo lógico. Às vezes, eles aparecem envoltos em imagens, oferecem seu sentido a partir de cenas filosóficas ou situações que lhes determinam o horizonte de compreensão ou simplesmente oscilam entre o vivido e o abstrato como em Nietzsche, em Merleau-Ponty ou em Bergson (este último ganhou o prêmio Nobel de Literatura, em 1928).

Podemos dizer que a filosofia, especialmente em Platão, nasce irremediavelmente ligada à literatura. Em todo texto filósofo há algo de literário. Tirando aqueles que se dedicam exclusivamente às análises lógicas, todo discurso conserva em si o conflito entre o esforço de convencer e o esforço de persuadir. Aristóteles o demonstra bem na Retórica. Paul Ricoeur, em *A metáfora viva*, mostra como os conceitos não se livram das metáforas e de outras figuras. O pensamento conceitual precisa da imaginação criadora. Da mesma maneira, desde sempre, reduzir o *logos* ao lógico, negando-lhe a dimensão poética, é introduzir uma armação metafísica artificial. Os traços literários dos textos filosóficos podem aparecer contra a vontade do próprio filósofo, quando ele é conduzido pela fala ou pela escrita que se desdobra simultaneamente no jogo do pensamento e da linguagem. Por isso, torna-se importante observar a arquitetura do texto. Título, índice, prefácio, tudo isso que parece algo absolutamente abstrato, objetivo, denotativo, na realidade são recursos de entrelaçamento do texto com o autor e o leitor. Por mais que o texto filosófico exija autonomia, há algo nele do autor, um trabalho de convicção e não apenas um distanciamento lógico.

Traços filosóficos na obra literária

Assim como o poeta ou o escritor podem encontrar poesia em toda parte, mas só o poema ou a obra bem elaborada são chamadas de poéticas e literárias, assim também a filosofia, os assuntos ou questões filosóficas estando em toda parte encontram-se de modo direto, intencional, formal nas obras filosóficas e de modo indireto, espontâneo, material nas obras literárias. Algumas mais ou menos, as obras literárias narram e expressam o sentido da vida, do mundo, das coisas de uma ma-

neira peculiar, às vezes tão intensa quanto uma obra filosófica. Talvez em Shakespeare tenha uma compreensão mais radical da natureza humana do homem moderno do que em muitos textos de filósofos. O mesmo se pode dizer da obra de Dostoiévsky e de outros grandes poetas e romancistas de todas as épocas. Esta constatação pressupõe, no entanto, uma distinção entre uma filosofia formal e uma filosofia material. Enquanto o texto filosófico opera num nível lógico, das razões impessoais e dos argumentos válidos e inválidos, o texto literário expressa o filosófico enquanto ato de vida, de ação ou de comportamento. O conteúdo filosófico, mesmo reduzido epistemologicamente às condições de possibilidade de existir ou de conhecer, na formalização do trabalho do filósofo, ele pode existir informalmente antes de qualquer definição e distinção na expressão poética ou na trama do romancista.

Já é um lugar comum citar o romance de Robert Musil, *O homem sem qualidades*, como uma obra impregnada de reflexões filosóficas. Este romance-ensaio, de fato, surpreende com as indagações que faz sobre a realidade, a verdade, a experiência. Uma afirmação como a seguinte: “É a realidade que traz as possibilidades, e nada mais errado do que negar isso”, mistura as ações do personagem com teses ou reflexões de um notável padrão de abstração raramente existente nos textos literários. O narrador explica: “Assim, o senso de possibilidade pode ser definido como capacidade de pensar tudo aquilo que também poderia ser, e não julgar que aquilo que é seja mais importante do que aquilo que não é” (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 14). Bastam frases retiradas quase arbitrariamente como essa para mostrar como são descritos e explicados, ao mesmo tempo, os atos das pessoas que vivem na obra. De resto, em outras obras literárias muitos temas se transformam em problemas filosóficos. Ou questões como o sentido da vida, da morte, da angústia, do amor, da guerra, do poder, do ser, do nada, do divino, do bem, da justiça, da persuasão, do conhecer, do pensar, do dizer, do tempo, do espaço, da história, etc., não são também filosóficos?

Filosofia e literatura, apesar de suas linguagens específicas, às vezes próximas e outras vezes distantes, tendem a se encontrar nos grandes temas metafísicos, especialmente na poesia. Rubem Fonseca, no romance *Diário de um fescenino*, escreve que “os poetas, esses grandes filósofos, falam verdades. Nós, ficcionistas, falamos verossimilhanças” (São Paulo: Companhia de Letras, 2003, p. 149). Esta observação é muito mais do que intuição literária que nasce clandestinamente no decorrer do texto. Ela mostra que o poético, no sentido pleno do termo, é vizinho do filosófico, da mesma maneira heideggeriana de que a linguagem é a casa do ser. Para ilustrar isso podemos escolher o problema do uno e do múltiplo ou do inteligível e do sensível que perpassa toda a história da filosofia. Fernando Pessoa, em inúmeras passagens de sua obra, supera esse dualismo, com versos breves e simples, como estes: “Meus sentimentos são rastros./ Só meu pensamento sente.../ A noite esfria-se de astros.” (*Obra Poética*, 1965, p. 150). Mais adiante, para tomar um outro exemplo, lemos: “Tenho tanto sentimento / Que é freqüente persuadir-me/ De que sou sentimental,/ Mas, reconheço, ao medir-me,/ Que tudo isso é pensamento,/ Que não senti afinal” (1965, p. 172).

Sob o heterônimo de Alberto Caeiro, Fernando Pessoa, à semelhança de Merleau-Ponty, em *O Visível e o Invisível*, aprofunda até os últimos limites a ontologia do ver, questionando o ato de pensar. Diz: “Creio no mundo como num malmequer,/ Porque o vejo. Mas não penso nele/ Porque pensar é não compreender...” (1965, p. 204). Aqui o ver, o olhar confunde-se no pensar, na crítica ao pensar puramente racional. Para o poeta pensar uma flor “é vê-la e cheirá-la”. Pensa-se com “os olhos e com os ouvidos” e até com “as mãos e os pés”.

Estilo e filosofia

Toda linguagem dá forma ao pensamento e ao sentimento, concretiza uma determinada racionalidade. O problema está na possibilidade de a linguagem filosófica expressar do modo mais objetivo a mobilidade dos conceitos e de a linguagem literária evitar essa emanção da consciência filosófica em suas obras. Nem sempre a linguagem filosófica sustenta no nível lógico o desenvolvimento de suas questões, ao contrário, muitas vezes, o pensamento e o conhecimento filosóficos se enredam no ritmo da prosa e os conceitos misturam-se com as imagens e as metáforas, como estou fazendo agora, para servir melhor a expressão e não apenas servir-se instrumentalmente da palavra. Também o filósofo, como o escritor e o poeta, luta com as palavras. E a luta com a palavra é a mais vã, a mais difícil de vencer, diz Carlos Drummond de Andrade em seu poema *O Lutador*, entretanto, “lutamos mal rompe a manhã”. Ele escreve: “Palavra, palavra/ (digo exasperado),/ se me desafia,/ aceito o combate./ Quisera possuir-te/ neste descampado,/ sem roteiro de unha/ ou marca de dente/ nessa pele clara./ Preferes o amor/ de uma posse impura/ e que venha o gozo/ da maior tortura” (Obra Completa, 1964, p. 126). Por isso, todo acesso ao texto filosófico começa com a crítica à linguagem filosófica e, não apenas aos argumentos, mas aos intervalos e às passagens lingüísticas que sustentam as demonstrações.

Max Bense, na *Estética*, procura demonstrar que a filosofia não designa os objetos como designamos as coisas, ela os elabora. Ela opera uma transfiguração significativa das experiências em idéias, dos entes no ser, das palavras em conceitos. Ela formula diferenças e, igualmente, transformações. Na medida em que declara algo, também o transforma. Chega mesmo a negar os nomes que as coisas realmente têm para poder nomeá-las melhor. Enfim, a verdadeira maneira de escrever, conforme Simone Weil, citada por Bense, é escrever como se estivéssemos fazendo uma tradução (1960, p. 81), isto é, buscando um equilíbrio entre o pensamento e a expressão.

Não só a poesia e a literatura possuem estilo, mas também podemos falar do estilo das obras filosóficas. Embora T. Adorno, na *Teoria Estética*, proceda a uma crítica ao conceito de estilo em arte, um texto filosófico pode possuir qualidades estéticas. Se possuir estilo, consiste em escrever de maneira pessoal, fugir do modo comum de escrever, então podemos falar no estilo kantiano ou hegeliano, no estilo platônico e no estilo aristotélico. Apesar da relação do texto filosófico com o leitor ser diferente daquela do texto literário, não poucas vezes, lendo

Nietzsche ou Heidegger, entre outros, é possível esquecer os objetivos da demonstração e da comunicação da verdade para usufruir o prazer do texto ou do argumento poeticamente construído.

É possível, para Bense, conceber a história da filosofia como a história da linguagem dos filósofos. Em outros termos, pode-se ler os textos filosóficos também como história da literatura. Nela poder-se-iam abarcar, ainda segundo Bense, autores como Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Descartes, Pascal, Leibniz, Hume, Kant, Hegel, Marx, Kierkegaard, Nietzsche, Husserl, Bergson, Dewey e Heidegger (1960, p. 84). Essa lista é incompleta e polêmica. Todavia, textos que se expressam com estilo, com espírito, estão presentes em todas as épocas. Na realidade, embora a linguagem reflexiva e autojustificativa seja própria da filosofia, ela também é comum em muitas obras literárias contemporâneas. Desse modo, é difícil estabelecer critérios gerais válidos para delimitar as fronteiras entre os textos filosóficos e os literários. Porém, isso não significa que não possuam especificidades e que o conceito de estilo aplicado à filosofia e à literatura seja exatamente o mesmo conceito. O pensar filosófico demonstra, conclui. O pensar literário persuade, narra. Mas tudo isso pode ser feito, sem desrespeitar as funções do texto, as especificidades lingüísticas e expressivas. Nietzsche, por exemplo, cultiva o efeito sensível da abstração em seus aforismos. Platão encena o sentido das questões filosóficas com seus diálogos. Enfim, desde os gregos, os filósofos aproximam seus conceitos ao mundo da mitologia, da teologia, da medicina, da ciência, das artes, dos eventos históricos, dos gêneros de obras literárias, etc. Porém, o que as filosofias fazem, antes de tudo, é efetivar uma nova linguagem, a recriação dos conceitos, a alusão às imagens. Prova disso são a prosa literária de Montaigne nos *Ensaio*s, Pascal nos *Pensamentos*, Descartes no *Discurso do Método*, Merleau-Ponty em *O Olho e o Espírito*, Bergson na *Evolução Criadora*. Nesse sentido, é possível caracterizar um modo de escrever cartesiano, heideggeriano, kantiano, hegeliano e assim com os demais filósofos.

As questões que se põem são se o estilo ajuda ou prejudica a expressão do pensamento filosófico, se é possível em filosofia libertar-se totalmente de qualquer tipo de persuasão, se há um tipo de filosofia que, para se efetivar, precisa empregar os recursos literários, as metáforas. Essas questões têm esclarecimentos diferentes em cada filósofo. As relações entre os conceitos nos movimentos do conhecimento e da linguagem são de tal natureza que não é possível deduzir regras gerais.

A prosa do mundo

M. Merleau-Ponty, em seu livro inacabado *A prosa do Mundo*, mostra que a linguagem jamais é uma simples vestimenta do pensamento. O sentido de um livro é dado em primeiro lugar não pelas idéias, mas pela variação constante e insólita dos modos de linguagem. Isso vale para a literatura em geral e, igualmente, de modos diferentes para os textos filosóficos. "O pensamento não pode se fechar nas significações que ele deliberadamente reconheceu, nem fazer delas a

medida do sentido, nem tratar a fala e a língua como simples exemplos dele, pensamento, pois é por elas afinal que o algoritmo quer dizer alguma coisa” (2002, p. 38). Logo adiante Merleau-Ponty acrescenta: “A filosofia não é a passagem de um mundo confuso a um universo de significações fechadas”. E conclui o parágrafo dizendo: “Precisamos pensar a consciência nos acasos da linguagem, como impossível sem seu contrário” (2002, p. 39).

Quando o filósofo pergunta: O que é a realidade? O que é a liberdade? Ele, o filósofo, segundo Valery, citado por Merleau-Ponty, se põe no estado de ignorar a origem, ao mesmo tempo, metafórica, social, estatística desses nomes, cuja passagem para sentidos indefiníveis permitirá que seu espírito produza as combinações mais profundas e mais delicadas” (2002, p. 43). A simples história do vocábulo não resolve a questão. Há detalhes, sentidos figurados e outros aspectos que tornam a palavra complexa e misteriosa. A reflexão é primeiro reflexão sobre as palavras. Porém, Merleau-Ponty não concorda totalmente com Valery, com a possibilidade de decompor inteiramente o sentido de uma palavra, de eliminar os problemas de sua ambigüidade. Pois a linguagem “exprime tanto pelo que está entre as palavras quanto pelas próprias palavras, tanto pelo que não diz quanto pelo que diz...” (2002, p. 67).

Ao pensar a linguagem indireta da pintura, Merleau-Ponty mostra que o escritor se concebe numa linguagem estabelecida, enquanto que cada pintor refaz a sua. Há um uso filosófico e universal da linguagem que pretende recuperar as coisas como elas são. O pintor pretende recuperar tudo. “Sócrates mata Parmênides, mas os assassinatos filosóficos são ao mesmo tempo o reconhecimento de uma filiação. Espinosa pensa exprimir a verdade de Descartes, e Hegel, bem entendido, a verdade de Espinosa, de Descartes e de todos os outros. E é evidente, sem outros exemplos, que o filósofo, no momento em que visa a verdade, não pensa que ela tenha esperado para ser verdadeira, ele a visa como verdade de todos desde sempre” (2002, p. 130 e 131).

Na ordem dos signos, das puras significações ou definições da linguagem formalizadas supõe-se um aprender a partir daquilo que se sabe. A linguagem parece nos conduzir às coisas. Neste caso a linguagem filosófica para poder ser entendida, precisa do filosofar, da fala do filosofar, do diálogo filosófico. Quer dizer que a linguagem filosófica mais pura, mais exata, mais analítica, a mais longínqua da linguagem literária, ela também precisa de sentidos ou significados antecipados. A metalinguagem fora da língua natural não funciona. Mesmo nessa posição radical a linguagem precisa do contexto, de um mínimo de ambigüidade para operar de fato, para realizar a comunicação. Mas, como a linguagem dos filósofos situa-se entre a língua natural e a metalinguagem da ciência, ela acaba, não poucas vezes, aproveitando os recursos da expressão literária. O filósofo cultivava mais do que ninguém o ensaio, todavia, sem deixar de lado o poema, o aforismo, a carta, o diálogo e outras formas, apesar de hoje, a ordem de produzir o texto tenha, para os professores de filosofia, o significado de elaborar o artigo filosófico, com todas as formalidades acadêmicas necessárias.

Referências

- ADORNO, T. W. *Teoria estética*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- ANDRADE, C. D. de *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1964.
- BENSE, M. *Estética*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1960.
- CALVINO, I. *Se um viajante numa noite de inverno*.
- COSSUTA, F. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CULLER, J. *Teoria literária*. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.
- DELEUZE, F. e GUATTARI, F. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FONSECA, R. *Diário de um fescenino*. São Paulo: Companhia de Letras, 2003.
- GÜNTERT, G. *Fernando Pessoa, o eu estranho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- HABERMAS, J. *O pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HEIDEGGER, M. *Introdução à Metafísica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.
- MERLEAU-PONTY, M. *A prosa do mundo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- MUSIL, R. *O homem sem qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- PESSOA, F. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.